

ANÁLISE DE RISCOS

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

FASE DE ANÁLISE 1 - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 1: Estudos preliminares deficientes		
Análise do Risco	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Médio
Estratégia	Mitigar	
Ação preventiva: Efetuar levantamento de contratações similares realizadas por outros órgãos visando buscar o maior número possível de dados; analisar as contratações similares e aplicar nos artefatos os pontos fortes identificados nas contratações similares.	Responsável: Eplacon e Unidade Demandante.	
Ação de contingência: Elaboração dos artefatos consoante arts. 78 e 79 da Lei 14.133/2021 e Ato PGJ n. 065/2023.	Responsável: Eplacon e Unidade Demandante.	
Unidades afetadas: Diretoria-Geral e Administração Superior.		

RISCO 2: Necessidade de correção/revisão dos artefatos essenciais à contratação: ETP, MGRC e Termo de Referência.		
Análise do Risco	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Baixo
Estratégia	Mitigar	
Ação preventiva: Conferência, revisão e aprovação dos artefatos por todos os membros da equipe, tendo por base os modelos vinculados em Ato normativo e checklist dos pontos mais importantes. Se necessário, poderá suscitar o esclarecimento de dúvida pontual à Assessoria Especial Jurídica ou à Controladoria Interna, que atuarão em controle prévio. Elaboração, edição e publicação do Ato de Governança Ministerial instituindo a Política/Sistema de Monitoramento e Gerenciamento de Riscos da Contratação no âmbito do metaproceto de contratação pública do Ministério Público do Tocantins.	Responsável: Eplacon, Diretoria Geral de Justiça, Controladoria Interna e Assessoria Especial Jurídica.	
Ação de contingência: Controle prévio de legalidade e análise da conformidade dos procedimentos na fase preparatória/interna, consoante art. 169, § 3º, inciso I e art. art. 53, caput da Lei 14.133/2021.	Responsável: Controladoria Interna e Assessoria Especial Jurídica.	
Unidades afetadas: Diretoria-Geral e Administração Superior.		

FASE DE ANÁLISE 2 - SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 3: Etapa de Chamamento Público não apresentar proponentes interessados.		
Análise do Risco	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
Estratégia	Mitigar	
Ação preventiva: Encaminhar o Edital de Chamamento Público para a maior quantidade possível de potenciais credenciados. Elaboração, edição e publicação do Ato de Governança Ministerial instituindo a Política/Sistema de Monitoramento e Gerenciamento de Riscos da Contratação no âmbito do metaprocesso de contratação pública do Ministério Público do Tocantins.	Responsável: Unidade Demandante, Diretoria Geral de Justiça, Controladoria Interna e Assessoria Especial Jurídica.	
Ação de contingência: Corrigir requisitos e critérios que poderiam ter causado a ausência de interessados. Republicar o Edital de Chamamento corrigido.	Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação, Unidade Demandante e Departamento de Licitações	
Unidades afetadas: Diretoria-Geral e Administração Superior.		

RISCO 4: Falta de qualificação adequada dos profissionais autônomos e dos profissionais que prestarão serviços para as clínicas credenciadas.		
Análise do Risco	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
Estratégia	Mitigar	
Ação preventiva: Estabelecer requisitos e critérios de qualificação profissional para as clínicas e profissionais autônomos participantes do credenciamento; verificar os documentos apresentados, confrontando-os com todos os critérios estabelecidos no Edital. Revisão minuciosa conferindo as cópias com os originais; consulta em órgãos oficiais.	Responsável: Eplacon, Unidade Demandante e Departamento de Licitações	
Ação de contingência: Não contratação com a respectiva clínica/profissional que apresentar a documentação em desacordo ao definido no Edital.	Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação, Unidade Demandante e Departamento de Licitações	
Unidades afetadas: Diretoria-Geral e Administração Superior.		

FASE DE ANÁLISE 3 - GESTÃO/EXECUÇÃO DO CONTRATO

RISCO 5: Atraso no procedimento de Chamamento Público, impossibilitando realizar as avaliações dos promotores de justiça em estágio probatório.		
Análise do Risco	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
Estratégia	Mitigar	
Ação preventiva: Definir os critérios e requisitos dos potenciais credenciados consoante normativos legais relacionados ao tema; acompanhar cada etapa do	Responsável: Eplacon e Unidade Demandante	

processo de contratação, fornecendo subsídios e informações complementares que se fizerem necessárias;	
Ação de contingência: Solicitar autorização excepcional das autoridades competentes para realização dos procedimentos de avaliação dos promotores de justiça em estágio probatório pela Junta Médica Oficial do Estado no ano de 2025.	Responsável: Unidade Demandante
Unidades afetadas: Diretoria-Geral e Administração Superior.	

RISCO 6: Atraso no pagamento dos profissionais contratados.		
Análise do Risco	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
Estratégia	Mitigar	
Ação preventiva: Elaborar a relação de profissionais contratados, incluindo as informações dos encaminhamentos mensais, com objetivo de facilitar a conferência com a Nota Fiscal emitida no mês seguinte; Definir as condições de pagamento no Termo de Referência, incluindo os fluxos, prazos e procedimentos necessário para realização das solicitações de pagamento;	Responsável: Agentes de fiscalização do contrato.	
Ação de contingência: Realizar acompanhamento concomitante junto aos contratados para cumprir os prazos definidos no Termo de Referência; acompanhamento dos autos até a efetiva execução da despesa pelo Departamento de Finanças.	Responsável: Agentes de fiscalização do contrato e Departamento Financeiro.	
Unidades afetadas: Diretoria-Geral e Administração Superior.		

Palmas-TO, data certificada pelo sistema.

Márcia Aparecida Arruda de Menezes
Mat. 113912
Eplacon

Marcos Conceição da Silva
Mat. 73707
Eplacon

Alessandra Kelly Fonseca Dantas
Mat. 123814
Eplacon

Candice Cristiane Barros Santana Novaes
Mat. 103310
Servidor Indicado pela Unidade Demandante

DE ACORDO:

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Aparecida Arruda De Menezes, Analista Ministerial Especializado - Administração**, em 03/07/2025, às 12:52, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Kelly Fonseca Dantas, Analista Ministerial**, em 03/07/2025, às 12:56, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Candice Cristiane Barros Santana Novaes, Assistente dos Órgãos Auxiliares**, em 03/07/2025, às 13:59, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Ricardo De Araujo Silva, Chefe de Departamento**, em 03/07/2025, às 14:02, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Conceicao Da Silva, Analista Ministerial Especializado - Ciências Econômicas**, em 03/07/2025, às 14:59, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Almeida Marques, Analista Ministerial Especializado - Fisioterapia**, em 15/07/2025, às 18:08, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0419857** e o código CRC **082EDDC9**.

19.30.1552.0000622/2025-16

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.
Telefone: (63) 3216-7600